

REQUERIMENTO

(Do Sr. Jorge Silva)

Requer a realização de Audiência Pública, com a finalidade de discutir a situação do câncer de pênis no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa. nos termos do arts 255 a 258 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, a ser realizada em novembro, para discutir a situação do câncer de pênis no Brasil.

Para debater o tema, sugerimos que sejam convidados os representantes dos seguintes órgãos:

Ministério da Saúde;

Sociedade Brasileira de Urologia;

representantes de órgãos federais, estaduais e municipais com atuação na área, especialmente dos estados com maior índice de câncer de pênis; e

organizações da sociedade civil e especialistas na área.

JUSTIFICAÇÃO

O fato de as principais causas de mortalidade do País terem se modificado ao longo das últimas décadas - em que passaram a predominar as doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e neoplasias - têm levado as autoridades sanitárias do País, seja na esfera federal, estadual ou municipal a se descuidar do controle de muitas das doenças transmissíveis e, também de medidas básicas para a prevenção de determinadas doenças, como o câncer de pênis, que embora seja uma doença não transmissível, sua prevenção se dá pela adoção de medidas tradicionalmente utilizadas para evitar a evolução de muitas doenças transmissíveis.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer – INCa, o câncer de pênis tem maior incidência em homens a partir dos 50 anos, embora possa atingir também os mais jovens. O que chama a atenção é o fato de estar relacionado às baixas condições socioeconômicas e de instrução e à má higiene íntima.

Assim simples medidas, como saneamento básico, água de qualidade e medidas educativas, seriam suficientes para impedir a escalada desse tipo de câncer, particularmente nas regiões mais pobres do País.

Essa situação coloca a necessidade de se debater com o governo, os especialistas e com toda a sociedade as razões do crescimento do câncer de pênis, mesmo sabedores de que iniciativas as mais elementares seriam capazes de mudar radicalmente este quadro.

Temos que debater a situação atual desta doença, as causas de seu crescimento, avaliar as ações até então adotadas e, principalmente, encontrar novos caminhos para reverter esse quadro inaceitável.

Esta Casa estaria assim cumprindo seu dever de promover discussões que possibilitem, principalmente, apontar novas estratégias e propostas concretas para reverter a atual situação de saúde dos brasileiros.

Por todas essas razões, caberia ao Legislativo promover amplo debate técnico e político sobre o tema. Nesse sentido, entendemos ser indispensável que sejam ouvidos o Governo Federal, pelo Ministério da Saúde e outros órgãos com atuação na área, além de representantes dos estados e municípios, entidades da sociedade civil, bem como de profissionais especialistas da área, que, com certeza, oferecerão inúmeras contribuições para a compreensão deste tema relevante para a saúde pública brasileira.

Condiremos ser fundamental que os debates ocorram junto com outras ações de conscientização sobre a saúde do homem no chamado novembro azul.

Esperamos, por essas razões, que a Audiência Pública seja convocada pela aprovação, pelo soberano Plenário desta Comissão, do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Jorge Silva